

EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

Liliana Rodrigues

CIE-UMa, FCS – Universidade da Madeira, lilianagr@staff.uma.pt

Saber para onde vamos significa compreender os princípios e os fins daqueles que, conosco, fundam os alicerces da existência: a paz, a justiça e o sentido. Nenhum destes fundamentos se ganha e se vive com divisas, marcas ou propaganda. Ainda menos com subterfúgios pueris ou com o desespero da desilusão. Não sei se nascemos ou se nos tornamos preguiçosos, vaidosos e egocêntricos, mas até para isso precisamos da comunidade. Narcisistas, ignorantes ou inteligentes somos produtos de uma sociedade marcadamente ligada ao fácil, ao descartável e ao exibicionismo. Até o mais franco gesto de humildade é, não raras vezes, aquele que aguarda pelo flash dos media ou por uma rede social qualquer que lhe dê um aceno de visibilidade. Mas há outros, mais dissimulados, que recusam toda esta sociedade espetáculo e se fecham numa lógica de eremita intelectual que pensa, exclusivamente, sobre a sua ainda posição fetal. Nada existe para além do seu próprio umbigo.

Para onde vamos? Que combates temos pela frente? Que homens e mulheres temos como soldados capazes de passar por provações não apenas sociais, de grupo, mas individuais, suas e íntimas? Quem é que está disponível para fazer diferente? Ou, de pelo menos, combater a miséria que requer uma ação solidária e esclarecida. O desprezo pelo Outro, nestes e noutros tempos, faz-me temer a assunção dos direitos de todos e de cada um. O direito a ser gente e a viver como homens. Usa-se, na contemporaneidade a arma mais simples e barata: o esquecimento do Outro. Haverá pior doença que esta? Haverá maior cegueira que esta? Que papel tem a educação neste combate à indiferença e à letargia da ação? Que transtorno emocional nos turvou a alma?

“Ou vivemos juntos como irmãos ou seremos forçados a viver como dentes” (King, 1968, pp. 585-586). É por aqui que tentaremos perceber o papel da educação na intervenção comunitária. Educação não exclusivamente como escolarização, mas forçosamente como questionamento sobre o que

nos é imposto. Educação como intervenção, fraternidade e, porque não, bondade. Educação como investigação. Como cidadania ativa que mobiliza para o empoderamento das comunidades. Das suas comunidades. Educação como desenvolvimento comunitário. Educação que parte de cada um para o todo.

“There have been inherent tensions in top-down programmes and community development – within shifting policy contexts over time. Research could provide evidence on some of the positive contributions as well as some of the limitations of such programmes, strengthening research capacities in the Third Sector for future, in process” (Mayo et al., 2013, p. 19).

Tentarei, aqui, mostrar a importância da investigação e de eixos para a intervenção comunitária, o lugar das políticas participativas e os desafios éticos que se colocam à mudança. Note-se que o apelo à participação não significa que haja mais sensatez social e mais igualdade entre indivíduos e grupos, ou até mesmo comunidades. Na verdade, estou a me referir, em última análise, ao papel que o Estado deve ter na promoção da intervenção comunitária sem que isso seja mostrado numa lógica top down. “A sociedade sem Estado, que Gramsci chama de ‘sociedade regulada’, resulta assim da ampliação da sociedade civil e, portanto, do momento da hegemonia, até eliminar todo o espaço ocupado pela sociedade política” (Bobbio, 1982, p. 50). Uma sociedade civil sem Estado não é sinónima de sociedade política. É tão somente a confusão entre regulação, ética e sociedade na perspetiva do não Estado. Ou seja, a sociedade civil estaria, nesta perspetiva, “liberada da sociedade política, (...)” (Bobbio, 1982, p. 51).

A discussão terá que passar pelo ir mais além do que a clássica visão que “prevê a passagem da sociedade militar para a sociedade industrial”, de Saint-Simon, ou a visão de “Marx, ao contrário, a passagem da sociedade (industrial) capitalista para a sociedade (industrial) socialista (Bobbio, 1982, p. 51).

Há muito que a relação entre Estado e cidadãos se modifica, ajusta e contrata. Esse contrato social de Thomas Hobbes que está para lá da sobrevivência e aquém da discriminação. Agora, podemos falar da intervenção parcial daqueles que compreendem as responsabilidades de ambos que são um só: o Estado e o cidadão. Claro que nem sempre, provavelmente nunca, estivemos de acordo sobre as responsabilidades do Estado se as espreitarmos pela janela das políticas macro tradicionais:

“The liberal-communitarian model of citizenship emphasis volunteering and community, with minimal participation in the public sphere,

aside from voting. By contrast, the civic republican model considers not only active engagement in the community, but also in the public domain and the political community, but also in the public domain and the political community to be central for society and democracy. And the critical citizenship model encourages and educates people to take social and political action in order to challenge the status quo with a view to achieving greater social justice and redistribution of power (...) (Mayo et al., 2013, p. 21).

Aqui importa-nos mais a terceira visão, não só pela natureza da investigação assumida no Centro de Investigação em Educação da Universidade da Madeira, como pela nossa conceção de intervenção comunitária enquanto ação da sociedade política de que nos fala Bobbio. A cidadania ativa passa, forçosamente, pelo empoderamento da comunidade como possibilidade de renovação. Sem ela não há mudança. Nem à esquerda, nem à direita, o que não significa que se esteja no centro. “Direita e esquerda são dois termos antitéticos que há mais de dois séculos costumam ser utilizados para exprimir a oposição das ideologias e dos movimentos em que o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas está dividido” (Bobbio, 1994, p. 21). Na linha de pensamento deste autor, são dois conceitos “exclusivos” na lógica aristotélica do terceiro excluído, isto é, não podem ser conceitos aplicáveis, em simultâneo, de uma corrente ou movimento de esquerda e de direita e “exaustivos” porque “Uma doutrina ou um movimento só podem ser ou de direita ou de esquerda” (Bobbio, 1994, p. 27).

A importância da intervenção comunitária ideologizada é porque só assim ela assume um carácter político e só assim conseguimos compreender a importância da política nas nossas vidas. Se esta visão for Amanda da academia, então ela cumpriu o seu primeiro propósito: intervenção e desenvolvimento dos seus territórios e dos outros. A ideia de universidade consiste nos princípios que sustentam o mundo e a vida ainda que, nas palavras de Ortega Y Gasset, “a ciência [seja] o maior portento humano; mas acima dela está a própria vida humana, que a torna possível” (s.d., p. 49).

O nosso medo à ideia de ideologia é semelhante à incapacidade da sociedade contemporânea, e de cada um de nós, em assumir posições pensadas, refletidas e significativas, em especial por aqueles que mais contam conosco. Este é o momento em que, como académica devo ser desafiada a me envolver, *hic et nunc*, com a política mas também levar aos outros “that politics itself was a messy business in which you would have to get your hands

soiled if you want to make any difference and change the world for better (Blunkett, 2012, p. 645)”. Goste-se ou não, a política é sempre intervenção na comunidade e é ela que nos garante os alicerces da democracia. Enquanto processo, a política é, cada vez mais, um movimento de responsabilidade social que encoraja “people do take ownership of their issues in their communities and their lives” (Mayo, 2013, p. 23).

A educação pode e deve ser assumida como cidadania ativa e empoderamento de cada pessoa, enquanto sujeito que não se sujeita. A prioridade da investigação e da ação em intervenção comunitária estará sempre nos grupos mais frágeis. Agora, é preciso discutirmos este conceito. De que tipo de fragilidade estamos a falar? Não se deve ler que é pessoa em desvantagem aquele que tem menos recursos financeiros. Até porque sabemos de “gente de bens”, altamente desconhecedora dos seus direitos (penso, por exemplo nas mulheres vítimas de violência doméstica, ou que vergadas na formação em e de sociedades patriarcais) e das possibilidades de inclusão. Neste sentido, a investigação para a intervenção comunitária deve deixar, de forma clara, para todas as organizações e participantes, que as nossas metodologias de trabalho e de pesquisa são congruentes com os valores e as práticas do Estado de Direito e que os seus objetivos são alicerçados em mais e melhor democracia.

Não basta apenas definir “what an organization does but also how it does it. Social justice, empowering people and making voices heard, as well as holistic, person-centred and participative approaches are amongst these core values that influenced the research designs” (Mayo, 2013, p. 24). Daqui decorre a reflexão sobre as sociedades democráticas que são

“as que toleram, ou melhor, pressupõem a existência de vários grupos de opinião e de interesses que concorrem entre si, grupos que umas vezes se opõem, e outras se sobrepõem, que em certos aspectos convergem e noutros divergem, que ora se encontram ora voltam as costas uns aos outros, como num movimento de dança” (Bobbio, 1994, p. 30).

Assim, é privilegiada a investigação qualitativa, muito por força dos estudos de caso, cuja orientação epistemológica é, marcadamente, orientada pelas políticas de crítica social e com um olhar atento às questões feministas. A invisibilidade das mulheres, tanto como investigadoras como investigadas, tem sido um dos maiores obstáculos à visão holística da intervenção comunitária. Isto é, a investigação sobre as mulheres e a igualdade de gêne-

ro deve ser transversal a todas as áreas e estudos científicos pois, não sendo ostensiva, essa desigualdade está lá. Latente. Perigosamente imanente. As entrevistas são sempre uma forma eficaz de, indiretamente, sabermos o lugar que as representações de género ocupam na visão de todos os dias dos informantes. Os dados são significativamente mais naturalmente oferecidos quando os significados são falados, partilhados e absorvidos através de métodos técnicos construtivos, nomeadamente,

“learning sessions, meetings, casual exchanges and events such as conferences. Additionally, the voices of external stakeholders (partners in delivery as well as policy makers) were elicited in the form of interviews, to provide their perspective on the policies or the impact of the learning programmes on the subsequent actions of ‘empowered’ beneficiaries” (Mayo, 2013, p. 24).

A compreensão das políticas implementadas, à partida, pode parecer obedecer a uma lógica *top-down*, mas a verdade é que se aqueles que estão no terreno não quiserem a execução desses projetos ela não se faz. A intervenção ainda menos. Eles são tão mais bem-vindos quanto maior for o seu teor de investigação pensada, conduzida e autorizada por quem de direito: instituições e organizações que, cada vez mais, compreendem a necessária simbiose entre o trabalho científico e o ativismo social. Isto é já fazer política. Sabemos que é um mundo confuso, mas “nunca como na nossa época foram postas em causa as três fontes principais de desigualdade: a classe, a raça e o sexo. A igualdade gradual das mulheres em relação aos homens, primeiro na pequena sociedade familiar e depois na sociedade civil e política, é um dos sinais mais seguros da marcha imparável do género humano em direção à igualdade” (Bobbio, 1994, p. 100).

No caso da Educação e intervenção da igualdade entre homens e mulheres, diz-se que esta é a década das mulheres e a este ponto irei me dedicar demoradamente. Da afirmação no feminino em lugares de poder e de decisão. De posições de liderança tanto a nível político como económico. Para tal, foram introduzidas medidas muito concretas, nomeadamente através de listas eleitorais paritárias e em alguns casos com a introdução de quotas, para acelerar o equilíbrio de género nas assembleias, nos governos europeus e nas instituições públicas, como exemplo para o sector privado. O objetivo de alcançar os 40% de representantes mulheres na gestão intermédia e de topo nas instituições, aprovada pelo Parlamento Europeu, e a orienta-

ção de outros 40% de representação serem atribuídos a mulheres em cargos não executivos de empresas foi bloqueado pelo Conselho Europeu, isto é, pelos primeiros-ministros da União Europeia (23 homens e 4 mulheres).

Os dados de 2019 indicam que, no caso do Parlamento Europeu, as mulheres representam 40,7%, nos parlamentos nacionais a percentagem é de 31,2%, nas assembleias regionais europeias é de 33,3%, nas assembleias locais ou municipais o valor é de 32,1%, tal como na Comissão Europeia. Quando se olha para as percentagens dos governos nacionais o valor é de 30,2% e nos executivos regionais é de 35,6%. Comparando com os dados de 2013, houve um avanço lento, mas é um avanço, sendo o caso mais preocupante o caso da Comissão Europeia que mantém exatamente os mesmos valores de proporção de mulheres, isto é, os tais 32,1%.

Em termos dos parlamentos nacionais e de lugares de decisão, os países europeus que quase alcançam a paridade são a Espanha, a França, a Itália, o Chipre, a Hungria, Malta, a Roménia e a Eslováquia. Infelizmente, na UE a 28, em 2019 (altura em que foram recolhidos os dados), vinte países ficavam muito aquém desta visão de dar oportunidade para uma mais e melhor equilibrada democracia representativa em termos de género. Sintoma disso, é que em toda a Europa as mulheres não ultrapassam os 10% de funções executivas de topo nas empresas, seja como presidentes ou como chefes executivas. No entanto, também aqui são visíveis avanços, em especial nas administrações de grandes companhias europeias. De 16,6% em abril de 2013 temos, seis anos depois, no mês homólogo de 2019, uma percentagem de 27,7%.

Olhando para Portugal e para uma das suas instituições mais antigas, a universidade, o panorama não é muito animador. Das dezasseis instituições que fazem parte do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, doze são geridas por homens e quatro por mulheres (Universidade de Évora, Universidade Aberta, Universidade Católica Portuguesa e o ISCTE). Claro que vamos evocar o mérito. Pois bem. Que assim seja. Então, como se explica que 58,4% dos diplomados no ensino superior sejam mulheres e 41,6% sejam homens e, ainda assim, sejam eles a ocupar os lugares de topo nestas instituições? Não que esteja descontente com os reitores deste país e da minha universidade, em particular, mas porque considero fundamental que se faça uma reflexão numa das instituições mais conservadoras portuguesas, do ponto vista histórico, organizacional e estrutural.

Eu não sei se esta será a década das mulheres, mas sei que, aos poucos, os passos vão sendo dados. Sei que ainda se morre por se ser mulher. Sei

que a minha terra, a Madeira, continua a ter uma taxa de incidência elevada de violência doméstica, com valores de 3,4. É segunda maior do país sendo ultrapassada pelos Açores com 3,9. “A Madeira tem o maior índice de violência doméstica por cada mil habitantes”, segundo o Relatório Anual Violência Doméstica de 2015, publicado pelo Ministério da Administração Interna. No mesmo documento, podemos ler que o índice de violência na Madeira é de 4,09 por cada mil habitantes, seguindo-se os Açores com 3,92 e o Algarve com 2,99.

A média no continente português ronda os 2,5. No ano de 2018 registaram-se 873 ocorrências de violência doméstica na nossa região, o que perfaz dois casos por dia. Volto a insistir, não sei se esta será a década das mulheres, mas sei que não ganharemos esta luta sem os homens. Excluir os homens deste problema é não perceber de que é feita a humanidade. Em Portugal, desde 2015, foram cerca de 23.000 as vítimas de violência doméstica e aqui não estão contabilizados os casos de ofensa à integridade física voluntária simples.

Um artigo no *La Libération* de 20 de março de 2018, onde se explicava em detalhe um relatório do Conselho Económico, Social e Ambiental, de 2014, que concluía de forma clara que as mulheres das regiões ultramarinas francesas estão mais expostas à violência do que as mulheres que vivem em território continental francês. Assim, em abril de 2017, foi publicado no Jornal Oficial da República Francesa um relatório de opinião que visa proteger as mulheres e as raparigas de todos os tipos de violência, desde aquela que se esconde dentro de casa, à violação e, em último caso, àquela que leva à morte. As autoridades nacionais, locais e regionais perceberam que não podemos continuar a condenar as mulheres a esta fatalidade e que é urgente consciencializar para uma necessária evolução de mentalidades. Nesse sentido, foram criados dispositivos de proteção e de formação que se apresentam como indispensáveis ao sucesso de uma série de projetos que abrangem Guadalupe, a Ilha da Reunião, a Guiana Francesa, Martinica e Saint Martin.

Um desses dispositivos consiste numa plataforma de troca de informação cujo foco é a violência sobre as mulheres nas regiões ultramarinas francesas, em particular a conjugal, e a violência sobre menores. A Guiana Francesa detém o recorde de casos de violação sexual sobre menores. O mesmo artigo refere que a liga dos Direitos do Homem publicou, na sua revista de abril de 2014, uma série de artigos que revelam bem a frágil situação destas mulheres e a ONG La Cimade recorda a situação precária e de violência a que estão expostas as mulheres emigrantes, em especial as que estão desa-

companhadas ou as que não são casadas, nos territórios franceses.

A região de Guadalupe reforçou a coesão e a inclusão social combatendo a violência, a exclusão e a pobreza através do Action Plan for the Region of Guadalupe for Programming of European Funds 2014-2020, que conta com o precioso auxílio do Observatório Feminino de Guadalupe para recolher, tratar e analisar dados que visam perceber os progressos na luta contra a violência de género.

A Ilha da Reunião, para o mesmo objetivo, criou a Delegação Regional dos Direitos das Mulheres e da Igualdade entre Mulheres e Homens, organizando campanhas e colóquios sobre esta temática. Também criou uma página online que oferece informação prática às mulheres vítimas de violência e uma linha telefónica direta de apoio.

Maiote elaborou o documento estratégico “Mayotte 2025, une ambition pour la République»¹ e na Guiana Francesa entrou em funções uma missão departamental para a igualdade coordenada com o governo regional. No caso da Guiana Francesa foram, e são, organizadas formações e colóquios que mostram a importância e o papel da educação neste domínio. Em Martinica, a aposta na luta contra a violência sobre as mulheres centra-se nas parcerias e na investigação sobre as causas e as melhores soluções para esta problemática.

Em toda a França, por ano, 223 mil mulheres são vítimas de violência. Em Espanha 69.9% das mulheres sofrem deste flagelo social. No caso de Canárias há um site específico sobre a violência de género², criado pelo governo regional, com toda a informação legal, a estratégia para a igualdade de género 2013-2020, a documentação sobre a proteção integrada e sistemas de prevenção, bem como com os mecanismos de suporte financeiro, legal e social para mulheres vítimas de violência.

Os dados são claros. Conhecidos. Martelados. Interpretados e concluídos. “Vamos fazer melhor”. Até quando este discurso? É a nossa vez de agir. De exigir a extensão do princípio da igualdade. A Liberdade já a temos. “Compreende-se que, para se perceber o sentido deste grandioso movimento histórico, é preciso desviar os olhos das escaramuças diárias e olhar mais alto e para mais longe” (Bobbio, 1994, p. 100).

Seguimos para a Coesão na União Europeia (UE), através do seu 8º Rela-



¹ <https://tinyurl.com/5d2ydpvy>

² <https://tinyurl.com/4d8k89ze>

tório, que refere e confirma, precisamente, o impacto da disparidade de género no emprego que é duas vezes mais superior nas regiões menos desenvolvidas (17%) do que nas regiões desenvolvidas (9%). “De um modo geral, é provável que as mulheres das regiões menos desenvolvidas se encontrem em desvantagem em relação aos homens da mesma região e não alcancem o mesmo sucesso que as mulheres de outras regiões” (COM (2022) 34, p.7).

O sucesso de uma região, ou de um país, depende muito da sua capacidade de empregabilidade e, por consequência, do crescimento económico e social. Sabemos que muitos territórios necessitam de transformações estruturais e todas elas dependem, essencialmente, da educação e da formação que oferecem. Intervir a nível local, inclusive quando dimensão nacional assume um carácter regional, passa, ainda, pela conceção de investigação e inovação como objetivos prioritários e sempre, forçosamente, aliados ao ensino e à aprendizagem. Nunca deverão ser vistos como despesa, mas como investimento. Uma Nação é aquilo que os seus filhos aprenderam. E é espelho para os que virão. Aqui, a coesão será tanto maior, e as assimetrias locais, regionais e nacionais tanto menores, quanto mais as regiões menos desenvolvidas forem capazes de oferecer

“dotações para competências [que estão] distribuídas de forma desigual e [que se concentram] em regiões mais desenvolvidas e principalmente nas regiões de capitais. (...) as regiões menos desenvolvidas estão muito atrasadas nos domínios do ensino superior, da aprendizagem e das competências digitais. (...) Existe também um fosso significativo entre as zonas urbanas e rurais ao nível da educação e das competências. Os habitantes das cidades têm mais probabilidades de obter um diploma universitário, de participar em ações de formação e de possuir boas competências digitais do que os residentes rurais” (COM (2022) 34, p.11).

Seja como for, a política de coesão é um dos instrumentos de ação mais bem-sucedidos da União (European Commission, 2021.). Foi com ela que, em termos de pobreza e exclusão social, num espaço de sete anos (2012 a 2019), a UE reduziu em 17 milhões o número de pessoas a viver nestas condições. Mas é para Europa de Leste que devemos desviar o nosso olhar. É lá que se sente uma “situação de privação material severa” (COM (2022) 34, p. 7) de entre todos os Estados-Membros. Temos de reduzir em 15 milhões, até 2030, o número de pessoas que vivem em contexto de carência para que se possa falar de uma real redução da taxa de pobreza. Não será demais

relembrar que a pandemia “acrescentou mais cinco milhões ao número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social” (COM (2022) 34, p. 7. Essa exclusão também é visível na saúde. Com a pandemia recuamos à maior “recessão desde 1945” e o seu efeito, na UE, foi “assimétrico (...). A COVID-19 já aumentou a mortalidade da UE em 13%, mas, até à data o impacto é mais elevado nas regiões menos desenvolvidas, onde a mortalidade aumentou 17%” (COM (2022) 34, p. 1).

É verdade que a política de coesão respondeu, através de milhares de euros investidos, à crise pandémica, mas não é este o seu propósito nem a sua missão. A sua tarefa é diminuir as disparidades e desigualdades entre as regiões europeias. A política de coesão deu trinta e quatro mil milhões de euros às regiões e aos municípios em apenas quatro meses. Nas palavras de **Elisa Ferreira**, Comissária responsável pela Coesão e Reformas: «*A política de coesão esteve na linha da frente na fase de emergência da pandemia e é hoje, de novo, uma das principais políticas de recuperação da UE. Os instrumentos da política de coesão garantiram os equipamentos de saúde necessários aos cidadãos, permitiram salvar as pequenas empresas e deram um contributo crucial para a transição digital e ecológica em toda a UE. Congratulo-me com o facto de estas realizações serem também cada vez mais reconhecidas pelos cidadãos europeus. O território e as pessoas devem permanecer no centro dos esforços de recuperação dos Estados-Membros.*»³

Não será demais relembrar que em março de 2020 a UE, de forma imediata, mobilizou financiamento de combate à COVID-19 em cerca de quatro mil milhões de euros, refocou o superávit de 2019, que corresponde a três mil milhões de euros, e flexibilizou o uso dos fundos europeus (FEDER e FSE) em trinta e sete mil milhões de euros. O orçamento da União, em conjunto com os orçamentos nacionais dos Estados Membros do BCE e BEI teriam a obrigação de servir os cidadãos através de instrumentos fundamentais como o *Mecanismo Europeu de Protecção Civil EU Civil Protection & Humanitarian Aid – ECHO; Horizonte 2020 Horizonte 2020; Política de Coesão Cohesion policy e InvestEU, sem prejuízo de outros instrumentos.*

Também em termos ambientais existem disparidades que devem por nós ser alvo de reflexão. Os dados mostram a nível global, a necessária educação para a proteção do ambiente e para a sustentabilidade do próprio



³ Direção-Geral do Desenvolvimento Regional e Urbano da EU (2021). Política de coesão da UE na linha da frente da recuperação: 34 mil milhões de EUR aprovados para as regiões e os municípios em apenas 4 meses. <https://tinyurl.com/m63m7fhk>

planeta. A intervenção social, neste domínio, dependerá muito dos aspetos de cidadania e de convivência individual com o mundo à nossa volta. A sustentabilidade depende do “investimento (...) na proteção do ambiente, nas energias renováveis e na prestação de serviços conexos” (COM (2022) 34, p. 10). A título de exemplo, são as regiões menos desenvolvidas que têm as suas águas e ar mais poluídos.

Quando falamos desta diferenciação regional em desenvolvidas, em transição e menos desenvolvidas temos de ter presente ao artigo 176º do Tratado de Funcionamento da UE que as define dizendo o seguinte, a propósito da atribuição do FEDER: “três categorias diferentes de regiões:

- às regiões mais desenvolvidas com um PIB per capita superior a 90 % da média da UE;
- às regiões em transição com um PIB per capita situado entre os 75 % e os 90 % da média da UE;
- às regiões menos desenvolvidas com um PIB per capita inferior a 75 % da média da UE.”

Neste sentido, os países do Leste Europeu, estando na categoria de regiões menos desenvolvidas, têm a braços um problema enorme com a poluição atmosférica já que a taxa de partículas finas naquelas regiões é muito elevada, provocando a morte a 400 000 cidadãos. Os países do Sul sofrem, por seu lado, com as grandes concentrações de ozono. No entanto, “o tratamento das águas residuais melhorou em toda a UE” (COM (2022) 34, p. 10).

Mas se estamos a falar de sustentabilidade e do uso dos serviços conexos então temos de perguntar sobre o acesso à banda larga que, no caso da UE, já é “quase universal, mas as ligações de muito elevado débito só estão disponíveis para dois em cada três habitantes das cidades e um em cada seis habitantes das zonas rurais (COM (2022) 34, p. 10). Não é por acaso que o empreendedorismo é mais visível nas zonas urbanas. Isto significa que as regiões de “baixo crescimento [precisam] de um apoio ativo e eficaz” (COM (2022) 34, p. 11) para garantir o seu real desenvolvimento. Acresce a estas regiões, já em dificuldades, uma crise provocada pelo COVID-19 e que, nesta sequência, precisa de ser combatida através de uma forte aposta na melhoria das competências, na “requalificação e [no] apoio empresarial [que] podem promover transições inclusivas entre empregos.

Empregos esses que, a nível da UE, foram sendo recuperados lentamente. Em 2019 representava já uma taxa de 73%, em relação às “pessoas com

idades compreendidas entre os 20 aos 64 anos” (COM (2022) 34, p. 5) ou seja, a população ativa da UE. Estamos a falar de 500 milhões de pessoas que dependem de uma boa governação e da compreensão da inovação como determinante no crescimento económico e social. A verdade é que o fosso da inovação continua a aumentar entre os Estados-Membros e a razão não é difícil de se adivinhar: as regiões mais ricas são as que têm maior capacidade de investimento e, enquanto não houver uma distribuição geográfica dos fundos da investigação e inovação, a ciência continuará a ser alemã.

A par com esta não discriminação positiva para o investimento no conhecimento científico põe-se o problema de os países do Sul serem os que mais sofrem com as alterações climáticas, suportando duramente as consequências de situações climáticas extremas que ora provocam as cheias, ora os incêndios. Por agora estamos mais centrados na COVID-19 que não deixa de ser um problema para a Proteção Civil Europeia. *No dia 24 de março, do ano de 2020 a Comissão Europeia disponibilizou “800 milhões de euros através do fundo de solidariedade; 37 mil milhões de euros através do FEDER e do FSE para os cuidados médicos e recrutamento de profissionais de saúde; 800 milhões de euros já foram direcionados para Itália; 40 a 50 milhões de euros através do RescEU para aquisição de equipamento médico, como ventiladores, e equipamento de protecção pessoal, como máscaras.”*⁴

A missão do Mecanismo e Proteção Civil da UE “é reforçar a cooperação entre a União, os Estados-Membros e as suas regiões e facilitar a coordenação no domínio da proteção civil a fim melhorar a resposta da União a catástrofes naturais e de origem humana” (Rodrigues, L., 2017. Proposal for a decision para o relatório sobre a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão n.º 1313/2013/UE relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, (COM(2017/0772/2) – C8-0409/2017 – 2017/0309(COD)). Daqui decorre a necessária resposta coletiva e a tal educação e formação (literalmente treino) para a “prevenção e preparação respeitantes a catástrofes, com vista, designadamente, a maximizar o apoio da União à gestão do risco de catástrofes” (Buda, 2017, Proposal for a decision para o relatório sobre a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão n.º 1313/2013/UE relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, (COM(2017/0772/2) – C8-0409/2017 – 2017/0309(COD)).



⁴ <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/coronavirus/>

Nada disto se faz sem a investigação, sem a Rede de Conhecimentos da Proteção Civil que deve se aliar aos centros de investigação, mas, também, não se faz sem os países terceiros. Será mais rápida e eficiente, por exemplo, a ajuda à Região Autónoma da Madeira, em caso de catástrofe, a chegada das equipas de Marrocos do que as equipas vindas Madrid. Por isso é que, em 2017, não só a UE aprovou esta cooperação voluntária, latente no instrumento de resposta imediata RescEU da European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations, entre Estados-Membros, como fez saber que “a fim de ser garantida uma maior sensibilização para as questões ambientais, deverá ser recomendada às instituições educativas da União a formação para a educação ambiental e prevenção de catástrofes” (Rodrigues, L., 2017. Proposal for a decision para o relatório sobre a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão n.º 1313/2013/UE relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, (COM(2017/0772/2) – C8-0409/2017 – 2017/0309(COD))).

Definidos os caminhos sobre a intervenção comunitária, fica claro para todos nós que só as políticas de base local podem reduzir disparidades e que esta ação depende muito da autonomia que se sente ter. Isto é,

“o mal-estar perante o espetáculo das enormes desigualdades, tão desproporcionadas quão injustificadas, entre ricos e pobres, entre quem está em cima e quem está em baixo na escala social, entre quem tem o poder, isto é, capacidade de determinar o comportamento de outrem, tanto na esfera económica como na política e ideológica, e quem não o tem” (Bobbio, 1994, p.98).

Ainda assim, a democracia, apesar das suas falhas é a melhor forma de convivência política e de liberdade individual. Todas as outras formas e modelos políticos falharam e só por puro cinismo não compreendemos a natureza deste compromisso: justiça, saúde e educação para todos, de uma forma profunda e ideologicamente igual. Isto só é possível porque existem mulheres e homens que compreendem a urgência do empoderamento, esse dar poder às comunidades para que sigam o seu destino, construído pelas mãos do mundo pós-moderno que nunca deixou se ser apenas moderno. Já não nos basta a teoria do individualismo nem o cenário da sociedade do bem-estar. Precisamos de bem mais.

“What the communitarian approach implies in practice has been the subject of further debate. Individuals, communitarians emphasise, have

social responsibilities as well as rights in society – an emphasis which has implications for agendas of social control as well as for agendas of social care” (Mayo, 2000, p. 2). A questão que, para mim, se põe é se mais do que controlar destinos sociais não estará a democracia a se ajustar a um poder da globalização que já não é apenas de mercados e capitais, mas de direitos e princípios universais? Por outro lado, isto não significa que a inclusão nesses mesmos destinos tenha de ser uma crença sem lugar e sem tempo. Ainda menos, a inclusão deve ser lida à luz de mais ou menos capacidades técnicas e racionais da humanidade.

A fé, por si só, serve de pouco quando se morre de fome e quando não se é útil. Ou, pelo menos, quando não se sente ser. Fazer com o que o Outro se sinta parte é fazer com que a consciência moral, algures, deixe de ser minha para passar a ser consciência coletiva. Não se trata da ideia de ética, que será sempre profundamente individual, na perspectiva de uma ética do Estado. Por si só, ética e Estado são dois valores contraditórios, pelo menos para quem compreende o Estado como valor. A ética é sempre do indivíduo, do homem na sua mais profunda singularidade. O Estado, pela sua mutabilidade funcional, estará sempre co-implicado na moral viva, a moral de um povo, *hic et nunc*.

“As desigualdades (...) cada vez mais conscientemente vividas, por quem, como eu, nasceu e foi educado numa família burguesa” (Bobbio, 1994, p. 98), mas que compreende o lugar que a educação tem nos seus contextos e na vida de todos nós enquanto comunidade. Não precisamos de ser miseráveis para compreender e combater a estrutura da miséria. Precisamos é de assumir a condição de seres políticos. A política é tanto teoria como prática (Blunkett, 2012). Na sua essência, a política é a capacidade de se colocar no lugar do Outro e é processo de identidade (Silva, 2000), quer dizer, é construção de alicerces entre o Eu e o Outro. Precisamos, pois, de uma filosofia politicamente incômoda, que compreenda a educação para além do capital (Mészáros, 2008). Não encontro melhor definição que esta para a intervenção comunitária: se a política não serve para melhorar a vida das pessoas, então é melhor fazer outra coisa.

Referências Bibliográficas

Althusser, L. (1974). *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Ed. Presença.

Apple, M. (1999). *Ideologia e Currículo*. Porto Editora.

Apple, M. (1999). *Poder, Significado e Identidade*. Porto Editora.

Apple, M. (1999). *Políticas Culturais e Educação*. Porto Editora.

Apple, M. (2018). *The Struggle for Democracy in Education*. Routledge.

Blunkett, D. (2012), Politics as Theory and Politics as Practice. *The Political Quarterly*, 83: 645-652. <https://doi.org/10.1111/j.1467-923X.2012.02409.x>

Bobbio, N. (1982). *O Conceito de Sociedade Civil*. Graal.

Bobbio, N. (1994). *Direita e Esquerda*. Editorial Presença.

Brake, M. (1975). *Radical Social Work*. Pantheon Books.

Caramelo, J. (2009). Educação e Desenvolvimento Comunitário num processo de transição autogestionário. Tese de Doutoramento, Universidade do Porto Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. <https://tinyurl.com/yc8kfvcb>

Comissão Europeia (2022). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões relativa ao oitavo relatório sobre a coesão: a coesão na Europa no horizonte de 2050*. <https://tinyurl.com/528h4h5z>

Coulaud, A. (2017). Au rapport. Les violences faites aux femmes, plus nombreuses emn outre-mer que dans l'Hexagone. Les violences faites aux femmes, plus nombreuses en outre-mer que dans l'Hexagone – Libération (liberation.fr)

Direção-Geral do Desenvolvimento Regional e Urbano da EU (2021). Política de coesão da UE na linha da frente da recuperação: 34 mil milhões de EUR aprovados para as regiões e os municípios em apenas 4 meses. <https://tinyurl.com/m63m7fhk>

European Commission, Directorate-General for Regional and Urban Policy, Grzegorzewska, M., Monfort, P., Brons, M., et al., *Cohesion in Europe towards 2050 : eighth report on economic, social and territorial cohesion*, Dijkstra, L. (editor), Publications Office of the European Union, 2022, <https://data.europa.eu/doi/10.2776/624081>

European Commission, Directorate-General for Regional and Urban Policy, Dijkstra, L., *My region, my Europe, our future : seventh report on economic, social and territorial cohesion*, Dijkstra, L. (editor), Publications Office, 2018, <https://data.europa.eu/doi/10.2776/176864>

European Commission, Directorate-General for Regional and Urban Policy, Salotti, S., Monfort, P., Where does the EU cohesion policy produce its impact?: simulations with a regional dynamic general equilibrium model, Publications Office, 2021, <https://data.europa.eu/doi/10.2776/971046>

- Gadotti, M. (1985). *Educação e Poder – Introdução à Pedagogia do Conflito*. S. Paulo: Cortez Editora.
- Hogget, P., Mayo, M. & Miller, C. (2009). *The Dilemmas of Development Work*. Policy Press.
- Matias, A. (1980). *Reflexões Sobre a Vaidade dos Homens e Carta Sobre a Fortuna*. INCM.
- Mayo, M. (2000). *Cultures, Communities, Identities – Cultural Strategies for Participation and Empowerment*. Palgrave Macmillan.
- Mayo, M. (2005). *Global Citizens. Social movements and the challenge of globalization*. Zed Books.
- Mayo, M., Mendiweso-Bendek, Z & Packham, C. (2013). *Community research for Community Development*. Palgrave Macmillan
- Mészáros, I. (2008). *A educação para além do capital*. Boitempo.
- Ortega Y Gasset, J. (s.d.). *A Rebelião das Massas*. Relógio D'Água
- Pring, R. (2016). *Una Filosofía de la Educación Políticamente incómoda*. Narcea.
- Rechikian, A. (1993). *Os Filósofos e a Educação*. Ed. Colibri.
- Relatório sobre a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão n.º 1313/2013/UE relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, (COM(2017/0772/2) – C8-0409/2017 – 2017/0309(COD)). <https://tinyurl.com/5ydajyfx>
- Sandel, M. J. (2020). *Filosofia Pública*. Debate.
- Silva, T. T. (Org.). (2000). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Ed. Vozes
- Silva, T. T. (Org.). (2000). *O Sujeito da Educação – Estudos Foucaultianos*. Ed. Vozes (4ª ed.).